

A CULTURA CHIQUITANO NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

GT 04: Educação e Povos Indígenas

Trabalho completo

Adriane Cristine SILVA (COEDUC /Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT/Professora Rede Estadual de MT - SEDUC)

e-mail: adriane cristine2011@gmail.com

Beleni Saléte GRANDO (COEDUC/Docente da Universidade Federal de Mato Grosso/Cuiabá/Mato Grosso)
beleni.grando@gmail.com

Resumo

Neste artigo apresento resultado de pesquisa exploratória realizada com vinte colaboradores, profissionais da educação da rede estadual de Porto Esperidião, através do uso de e-mail, para responder o que acha de estudar na escola a história e a cultura chiquitano. Para compreender um cenário a partir de colaboradores que apontam a necessidade de trazer a temática na escola e sugerem os caminhos da temática no cotidiano escolar. Pois a escola se estrutura através de Projeto Político Pedagógico (PPP), alinhado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que determina a organização pedagógica a partir da diversidade, embora não especifique a adequação a este estudo nos componentes curricular.

Palavras-chave: Povo Chiquitano. Educação. Diversidade.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a partir do olhar dos profissionais da educação da rede estadual de educação do município de Porto Esperidião, em específico a Escola Estadual “13 de Maio”, para identificar as suas impressões sobre o estudo na escola da história e da cultura chiquitano. Cujo povo é originário desta Região de Fronteira Oeste de Mato Grosso, reconhecida enquanto etnia e com suas Terras Indígenas em processo de organização, possuem escolas indígenas dentro de suas terras e são os moradores originários aqui deste município, cuja presença é significativa nos dias atuais, visibilizados em diversos setores econômico, sociais e culturais, na festa dança tradicional que os identifica, o Curussé, e se fazem presentes na escola, no presente, no passado e enquanto perspectiva também no futuro. E com as contribuições de Munduruku (2012, p.68) “Pela experiência de vida, pela observação meticulosa dos fenômenos naturais e pela certeza de que somos fios na teia: a educação do corpo, da mente e do espírito”, nesse sentido compreender a partir de uma presença de saberes e de ser chiquitano, não se identificando.

Esta pesquisa e neste cenário de Porto Esperidião, se estabelece a partir das iniciais aproximações e reflexões referentes a tese de doutoramento voltada para a “Educação Chiquitana”. Nesse sentido é necessário compreender a princípio de dentro da unidade escolar como os profissionais da educação visualizam a temática volta a compreensão enquanto o povo

chiquitano que está neste lugar, que busca a escola enquanto local de fortalecimento e formação. Através de um olhar voltado a percepção dos professores e colaboradores desta pesquisa exploratória no sentido de compreender o que eles identificam enquanto saberes necessários a serem abordados dentro das áreas e no interior das disciplinas e ações formativas na unidade escolar, em específico a Escola Estadual “13 de Maio”, localizada na sede do município.

Através de identificações numéricas de 1 (um) até o número 20 (vinte) apresento as contribuições dos professores, no sentido de compreender como eles visualizam a necessidade de: compreender a história do povo chiquitano, as origens e formação deste território de Porto Esperidião, ao fortalecimento da sua identidade, um olhar ao currículo, visibilizar a diversidade local, a cultura, os saberes resguardados nos núcleos familiares, a autoestima dos alunos, por um projeto interdisciplinar, pelo sobrenome a qual são discriminados, dentre eles Maconhão, Chué, dentre outros, pela exploração no uso da mão de obra barata, pela compreensão desde a infância e pelo estudo voltado as origens desta cidade.

Este artigo se fundamenta com as contribuições referentes a legislação que concerne a orientação legal para um ensino significativo e que contemple as características da diversidade local, num currículo que se aproxima enquanto teoria de aspectos culturais, mas não contempla a diversidade local. Uma legislação que se modificou nos últimos vinte anos e ainda assim sentimos a sua inequidade na orientação e organização curricular. Embora esta abordagem não se fundamenta na caracterização do currículo, o sentido é a partir do que fazemos compreender e contribuir com a visibilidade de um povo chiquitano, originário deste lugar, base de formação da sociedade de Porto Esperidião, dentro do universo escolar, que em outras investigações visibilizo o distanciamento entre ensino e realidade local, neste cenário de Porto Esperidião.

2 O Cenário e a pesquisa: Percepções locais

A população de Porto Esperidião tem como base formadora o povo chiquitano, desta região de fronteira Oeste do Estado de Mato, assim como identificamos que os primeiros habitantes de Cáceres – MT, registrados em Ata de Fundação também são chiquitanos, conforme aponta Gilberto Freyre.

Do protesto do governador espanhol de Chiquitos contra a mudança de seus índios para Vila Maria, em face do que solicitava a restituição dos mesmos como se fora de escravos fugidos, confessado da mesma mudança que não se fizera espontaneamente, mas é bem verdade a efeitos de várias diligências surdas e da sagacidade que pratiquei.

Atraindo esses índios para o Brasil – em número de 78 – é que Luiz conseguiu fundar Vila Maria, com um total de 161 povoadores. (Freyre, 1968, p. 139)

Vila Maria é hoje o município de Cáceres MT, esta cidade de Porto Esperidião até o ano de 1986 era distrito de Cáceres, região de fronteira com a Bolívia e com uma população cujos traços identitários remetem a etnia chiquitano, presente na população aqui de Porto Esperidião que é composta também por migrantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul. Nesse sentido a população de Porto Esperidião realiza uma interação entre os que circulam nesta região, os que estão aqui e os que são daqui um fator determinante da construção da cultura local com a influência de outras culturas de outros lugares aqui da fronteira, do país vizinho, a Bolívia.

Mesmo diante da ameaça constante, representada pelo avanço das fazendas, pelos cercamentos dos caminhos, baías, campos e cemitérios, os Chiquitano subsistem em um ambiente adverso e hostil, cada vez mais separados e excluídos de seu território tradicional, do acesso aos recursos materiais e imateriais necessários as suas reproduções física e cultura. (MOREIRA DA COSTA, 2007, p.131)

Não escolheram chegar em Porto Esperidião, e nem em Cáceres, vieram por serem expulsos ou capturados, como é o caso de Cáceres, mas hoje sabemos que estão aqui, vieram dessa fronteira, para esta sede de município para contribuir com a construção e caracterização desta cidade, e compor a identidade deste lugar situado às margens do Rio Jauru, numa população de aproximadamente 12.176 pessoas, conforme dados do IBGE (2021).

Os Chiquitano, sob essa nova perspectiva econômica e política, atravessaram mais de dois séculos sendo espoliados, com extrema violência, dos seus recursos naturais e de sua força de trabalho. Resistiram às guerras, epidemias e à escravidão, conservando os referenciais simbólicos e culturais com os seus territórios tradicionais. Para sobreviver, tiveram de desenvolver novas relações de poder e estratégias identitárias. Mantendo o sentido simbólico – religioso e os laços afetivos com os lugares em que vivem. (MOREIRA DA COSTA, p.182)

E por razões pessoais, por buscar melhores oportunidades e por vislumbrar dias melhores ficaram aqui neste município na fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, e sua origem se relaciona com a edificação de Vila Bela da Santíssima Trindade, surgida através de um posto telegráfico aqui instalado pela Comissão Rondon, através do nome de povoado de Porto Salitre, numa área territorial de 5.835,278km². Somente em 1920 este povoado passou a ser denominado oficialmente de Porto Esperidião. O novo nome foi uma homenagem de Marechal Rondon ao engenheiro Esperidião Marques, que traçou planos de estradas e ferrovias a esta região, devido a compreensão do rio não ser navegável em sua extensão. A ocupação deste município tem origem a partir da década de 40, com a construção da rodovia construída para ligar Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Porto Esperidião hoje dividido entre bairros, as vilas, comunidades e uma Terra Indígena Portal do Encantado, cuja história a nos fazer compreender este local, a constituição da sociedade local e a organização dos diferentes aspectos, sendo eles sociais, culturais, econômicos a partir de sua história, conforme aponta Marin (1998, p.149) a “história como uma contribuição fundamental para compreender as origens e para saber situar-nos no presente e, assim, podermos vislumbrar o futuro”.

Conforme aponta Munduruku (2012, p.25), sobre o processo de civilização, de estabelecimento de um povo num determinado lugar e na compreensão do mosaico da história de um lugar visualizo o processo histórico “enviesado”.

É que não é de hoje o pensamento enviesado sobre o processo civilizatório brasileiro, quando se trata da questão indígena. A cada nova fase da história (Colônia, Império, República), uma abordagem teórica era desenvolvida com a finalidade de estabelecer um paradigma que pudesse definir qual o papel dessas populações no contexto do desenvolvimento econômico que o Brasil queria para si. (Munduruku, 2012, p. 25)

Os grupos sociais e étnicos tem histórias, são distintas entre si e também distintas do que se convencionou como história do Brasil, e a forma como ocorre esta abordagem histórica, social e cultural nas escolas que se organizam dentro de um padrão brasileiro e de difíceis possibilidades de rupturas para desenvolver ações para compreender o lugar com seus traços identitários. Distanciam da possibilidade de perceber a beleza singular com um rio caudaloso que nos favorece ser um lugar ribeirinho, atrativo, denso em sua vegetação e dos traços que identificam a cultura local silenciada, invisibilizada e que envergonha ou envergonhou em um momento da vida do povo daqui.

Visualizamos de maneira equivocada um lugar numa perspectiva a princípio por sua natureza exuberante, pelos peixes do rio Jauru, pelos frutos que crescem pelo cultivo ou através de árvores nativas frondosas observadas nos quintais que recebem a festa – dança do Curussé, cultura que identifica o povo chiquitano nesta fronteira Oeste de Mato Grosso. Ao compreendermos a constituição do lugar requer dialogar com os diversos setores que integram a sociedade e se faz necessário esquivar desse deslumbre para voltar nosso olhar a escola e o que fazemos nela. Cujas participação na constituição deste lugar se efetiva com os professores, e onde realizamos a pesquisa exploratória através de vinte colaboradores de profissionais da educação na Escola Estadual “13 de Maio”, uma unidade escolar criada no ano de 1979, para atender a clientela de quinta a oitava série, cujo funcionamento era no mesmo prédio da Escola Reunidas, essa escola Reunidas era responsável pelo atendimento até a quarta série.

O seu funcionamento começa com cerca de 30 alunos matriculados sendo que a cada ano aumentava uma série. Em 1982 encerram as atividades na Escola Reunidas e a Escola Estadual 13 de Maio passa a atender toda a clientela do Ensino Fundamental, a que corresponde hoje do primeiro ao nono ano. Apenas no ano de 1988 é implantado o Ensino Médio, quando a escola passa a oferecer o ensino já estávamos na categoria de município. Nesta fase o município de Porto Esperidião era ainda o distrito de Cáceres, Porto Esperidião foi desmembrado de Cáceres, na condição de ser elevado a município em 13 de maio de 1986, através da lei estadual nº 5012. Neste período então se estabelece enquanto município.

Hoje a escola possui um diferencial ela está atendendo apenas alunos do sexto ano em diante até o ensino médio em razão de uma ação do governo atual de atribuir as séries iniciais sob a responsabilidade dos municípios, e aqui assim se realiza. Enquanto professora dos anos iniciais faço parte do grupo que nos últimos dois anos realiza o ofício de ser professora na escola Municipal, aqui na sede do município, a qual permite desnudar o olhar a um outro meio social e que me favoreceu a construção da trajetória de doutoranda, nesse sentido apresentar os colegas de profissão, permite me remeter a um lugar a qual pertencço, enquanto professora.

Os profissionais da educação na pesquisa realizada somam um total de 37, entre professores do ensino fundamental e médio, diretor, técnico e apoio, todos apresentados mediante numeração a qual mediante a resposta através do recurso do e-mail, contribuem com esta análise realizada na aproximação com a pesquisa exploratória numa abordagem qualitativa, que conforme nos aponta Yin (2016, p. 33), que aponta como a quinta característica: 5ª utiliza múltiplas fontes para a coleta de dados”.

A pesquisa qualitativa em Educação, no sentido de compreender fenômenos educacionais por meio da análise de dados, através de entrevista resposta pelo recurso do e-mail e de forma exploratória cuja perspectiva de profissionais da educação dentro de uma abordagem a partir das questões educacionais. Nesse sentido Gil (1999, p.56) nos assegura ao que proponho na construção da pesquisa para a tese de doutoramento, sendo que “o principal objetivo da pesquisa exploratória é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a fim de formular problemas mais precisos ou hipóteses de pesquisa para uma pesquisa profunda”. E compreender assim o campo a ser investigado através de um método em que os profissionais demonstram seus desafios vividos na educação, suas percepções ao que temos realizado enquanto educação escolar, através de seus olhares a este povo neste lugar da fronteira.

3 Desafios e percepções: Olhares

As percepções aqui apontadas surgem de uma dúvida, o que você acha de estudar na escola a história e a cultura Chiquitano? Pois temos enquanto orientação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a referência dos currículos da escola brasileira, que no ano de 2017 é homologada para o Ensino Fundamental, que corresponde do primeiro ao nono ano, com suas competências e habilidades nas áreas do conhecimento, componentes curriculares e ainda oferece a parte diversificada no sentido de trazer as características culturais locais. Conforme nos aponta Candau (2013),

No momento atual as questões culturais não podem ser ignoradas, pelos educadores e educadoras, sob o risco de que a escola cada vez se distancie mais dos universos simbólicos, das mentalidades e das inquietudes das crianças e jovens de hoje. (Candau, 2013, p.16)

Com este apontamento anterior o que nos orienta a BNCC, mas já articulados com a legislação que norteia a educação, ainda estamos distantes do que é necessário, quando o Profissional da Educação 3 assim nos afirma desconhecer o assunto, sente a necessidade de estudar,

Professora preciso estudar pra poder opinar, mas acredito que todos somos únicos, porém, estudar história e/ou cultura que vivemos dia a dia só contribuirá para a todos nós, pois conhecendo, vivendo e aprendendo. Podemos entender, contribuir e apoiar sua cultura e crenças. (Profissional da Educação 3, 2023)

O distanciamento a qual compreendermos entre a educação e o que se estabelece enquanto regionalidade demonstra ainda um distanciamento entre quem chega na escola para o aprendizado e quem os recebe para efetuar a troca, requer sensibilidade para aprender com o que chega enquanto aluno, vem de um mundo de informações referentes a seus traços identitários e se depara com alguém que desconhece sua realidade e vai estar diversas horas a tratar de conhecimento e interação. Dessa maneira, Paulo Freire freiriana salienta que o educador precisa ter cuidado e não transferir mecanicamente os conhecimentos aos educandos ao que ele considera “educação bancária”, mas “exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado” (Paulo Freire, 1996, p. 14). Desse modo, o educando deve construir seus conhecimentos com base na dialogicidade que é a essência da educação enquanto prática de liberdade e ainda assim a consciência do profissional da educação.

Enquanto consciência desse compromisso com a qualidade a Profissional da Educação 4, nos orienta “Estudar na escola a história e a cultura do povo Chiquitano. Já deveria estar

dentro do PPP/currículo da escola. Nossos alunos precisam saber da história/cultura do povo Chiquitano”.

[...] o professor, ao mesmo tempo, interpreta, “decide” e organiza. Ele precisa interpretar os programas e objetivos, ou seja, operar uma série de transformações simbólicas, cognitivas, discursivas, permitindo a passagem entre um discurso codificado, formal, geral, e um “discurso-situado-na-ação”, regido por exigências situacionais do trabalho curricular feito com os alunos (TARDIF; LESSARD, 2005, p.223).

Ainda assim a escola possui autonomia de adequar o documento, as realiza de forma distanciada do que a legislação requer, daquilo que a BNCC orienta, a equipe escolar tem consciência e os dias seguem. E identifico na resposta do Profissional da Educação 7 que “é uma cultura que está no meio de nós, muitos dos nossos alunos são descendentes de chiquitanos”, reconhece a cultura. Uma perspectiva de pertencimento, de estar aqui de os reconhecer, ainda que não aponte na organização escolar como traduzir isso em práticas significativas, diferente do Profissional da Educação 3, que ainda que atue na educação aqui desconhece totalmente.

Enquanto que a Profissional da Educação 11, “a proposta de estudar na escola a história e cultura Chiquitano é de um valor imenso, além de construir uma relação de conhecimento e respeito pela cultura indígena de nossa região”, afirma ser uma proposta, não uma necessidade. Não existe a proposta no Planejamento escolar é o reconhecimento seguido do silenciamento, da negação do outro. Reconhece, identifica a necessidade, porém o silêncio, afinal são tantos, pois se trata da base de formação da população de Porto Esperidião.

Isso tudo é fundamental quando pensamos especificamente nas sociedades indígenas, lembrando que se trata de culturas complexas, variadas, em constante interação e mudança, repletas de conflitos, com visões de mundo e práticas de vida ricas, e por vezes inspiradora, sempre interessantes e significativas. (FUNARI, PIÑON, 2020, p.27)

Fundamental a abordagem da Profissional da Educação 13, onde afirma ser “É muito interessante. Pois irá abordar esse tema para as crianças fronteiriças, e com isso elas vão poder compreender melhor a cultura chiquitana.” Nesse sentido a professora aponta que é preciso conhecer, os identifica enquanto da fronteira, compreende o lugar onde está. Assim como o Profissional da Educação 17.

Importantíssimo, pois temos o Povo Chiquitano em nosso município, e estudar sua história e a suas culturas teria um grande impacto na aprendizagem do educando. Vale ressaltar que a colonização desse povo foi seguida de sua quase extinção, depois veio a reestruturação da aldeia que já não existia. (Profissional da Educação 17, 2023)

Nesta abordagem do Profissional da Educação 17, além da importância ainda demonstra compreender a organização social do povo chiquitano, os quais lutam por sua estruturação enquanto Terra Indígena e se reestruturam num município, que os visualiza, porém ainda está distante de conseguir contribuir com a visibilidade de uma etnia inteira.

No sentido de compreender a esta proposta de reflexão referente ao estudo de uma etnia identificamos a real importância de estudar a cultura chiquitano para que estes que são daqui que estão na escola precisam compreender a identidade que o constitui ou a que ele convive, visualiza nas festas, na diversidade local de ser pessoa, nos saberes guardados nos núcleos familiares através de seus anciões, nos apoios como apontado Profissional da Educação 17. Identifico a sensibilidade quando nos aponta o Profissional da Educação 6 afirma ser necessário um projeto interdisciplinar, pois é necessário valorização ao povo daqui, e principalmente pela discriminação aos sobrenomes sobrenome a qual são discriminados (Maconhão, Chué e outros).

Na perspectiva da preservação apontam a necessidade de manter viva a história, a origem da cidade, a língua e o respeito as diferenças culturais, nesse sentido visualiza todas as dimensões para se estudar na escola a cultura chiquitana e não é realizada em sua totalidade, ainda que estejamos orientados pela legislação.

4 Aspectos legislativos: As seguridade e Possibilidades de uma educação intercultural crítica

Diante do cenário observado a partir da contribuições realizados o sentido é compreender que além desse necessidade apontada por profissionais da educação ainda temos o amparo legal para a construção de uma educação significativa e de qualidade para o fortalecimento das diferenças assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC); e, no caso do Brasil, inclui-se ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a Declaração de Salamanca, que surge mediante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Convenção da Guatemala).

Uma grande renovação no âmbito da educação fundamental e média no Brasil, a começar pelos Parâmetros Curriculares Nacionais instituídos na segunda metade da década de 1990. Com o fim da ditadura militar (1964-1985), primeiro com a constituição de 1988 e depois com a crescente democratização e políticas de inclusão social, surgiram novas perspectivas e objetivos na educação. (FUNARI, PIÑON, 2020, p.98)

Seguida de documentos brasileiros cujo propósito é trazer equidade na educação brasileira, desde a Constituição Federal de 1998, a qual já apresenta ao indicativo da melhoria da qualidade de ensino, nesse tempo todo a legislação orienta e de forma específica com o sentido de nortear as práticas pedagógicas, através da Lei nº 11.645/2008, de forma direta ela acrescentou à lei n. 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura da África e da cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e privados no país. E assim compreende ao estudo da história e cultura dos povos indígenas. Trata-se de leis que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

São legislações que contribuem com cumprimento da Constituição Federal, para assegurar o direito a educação, seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual especifica para além do direito, mas os encaminhamentos que assegure qualidade, autonomia e educação com qualidade para todos. Ao profissional da educação, o fundamental é a consciência de Leis, para então se efetivar as práticas pedagógicas significativas para então, o conhecimento circular na escola, enquanto formação humanizada e com influência de forma participativa na sociedade, em cada grupo social o qual o alunado pertence.

E tenhamos condições de oferecer condições de mudança e superação. Nesta perspectiva Tardif (2005, p. 265) ressalta que “Um professor tem uma história de vida, é um ator social, tem emoções, um corpo, poderes, uma personalidade, uma cultura, ou mesmo culturas, e seus pensamentos e ações carregam as marcas dos contextos nos quais se inserem”. E requer coragem para colocar em prática, pois os espaços permitidos são escassos embora o próprio estado oriente enquanto obrigatoriedade, fica o desafio de cumprir leis e as bases que orientam e norteiam a educação, pois sentimos a necessidade da temática ser realizada na escola a partir de formações do profissional da educação o que vai reverberar na sua prática pedagógica.

5 Considerações finais

Diante de uma pesquisa, identifico uma pista e com ela outra dimensão em um caminho ainda não trilhado, esta análise requer ao começo de outra e com densidade ampliada para se compreender os caminhos da educação. Diante do que propomos a compreender as políticas públicas voltadas à educação criaram aparatos legais para uma educação de qualidade, embora o que visualiza diante do exposto pela pesquisa é um distanciamento entre o que se percebe necessário na educação daquilo a qual nos propomos a realizar. Estamos entre dois mundos o primeiro é o apresentado daqui de Porto Esperidião através dos traços de uma etnia que precisa

ser compreendida e visibilizada em todos os espaços sociais, o outro o que o estado deseja. Cumprir um plano macro, com fissuras que precisamos ser sensíveis o suficiente para então realizarmos aspectos deste lugar, que é abordado dentro de uma ação micro.

A legislação regulamenta a obrigatoriedade, profissionais da educação acusam o que necessita ser realizado, vislumbram o desafio, entendem o processo de inserção, alguns entrevistados em outros períodos já realizaram ações que se tornaram isoladas, depois enquanto parte de um calendário, ou texto de um material estruturado, deixa de ser significativo. Desse modo, os conhecimentos deixam de ser efetivados no processo escolar e enquanto saberes que visam o fortalecimento do educando enquanto cidadão que compreende sua totalidade.

Se faz necessário estudar, pois profissionais da educação se fazem pelo estudo, pesquisa e reflexão e então realizar a inclusão no currículo, ainda que de forma micro, mas oficial da rede de ensino, por meio de práticas pedagógicas na perspectiva de inserir e compreender o processo histórico de constituição deste lugar, da população, dos traços identitários e da cultura local. A partir de uma escola que recebe todos os dias sujeitos com um mundo de informação que os identifica, porém são silenciados na prática de ensino, em suas famílias e mais precisamente na vida.

Referências

BRASIL. **Lei nº11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, 10 de março de 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1983.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Yin, R.K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.